

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº /2008
(Do Sr. VITAL DO RÊGO FILHO)

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre Leilão de títulos creditórios do Tesouro do Estado da Paraíba.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa Diretora:

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e §2º; e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central do Brasil as seguintes informações sobre leilão de título creditórios afetos ao âmbito do Fundo de Compensações de Variações Salariais – FCVS transferidos dos agentes financeiros Companhia Estadual de Habitação Popular - CEHAP e Instituto de Previdência do Estado da Paraíba - IPEP para o Tesouro do Estado da Paraíba e que foram negociados em leilão público de natureza eletrônica, em 14 de junho de 2006, como títulos creditórios:

a) o Banco Central teve conhecimento oficial de leilão eletrônico de créditos imobiliários do Estado da Paraíba efetuado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação em 14 de junho de 2006?

b) caso a resposta à alínea (a) seja positiva, o procedimento para a realização do referido leilão enquadrou-se em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil?

c) caso a resposta à alínea (a) seja negativa, é possível a ocorrência de leilão de títulos de créditos imobiliários pertencentes a um Estado da Federação sem que haja comunicação prévia e em tempo hábil ao Banco Central do Brasil?

d) na data de 14 de junho de 2006, a CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação estava devidamente habilitada a efetivar leilão eletrônico de títulos de créditos imobiliários pertencentes a Estado da Federação?

JUSTIFICATIVA

Este Deputado Federal, que peticiona o requerimento, necessita de esclarecimentos urgentes a fim de equacionar a contento acontecimentos relativos no âmbito da administração do FCVS que envolvam o Estado da Paraíba.

Nesse sentido, as informações que o Banco Central do Brasil possa prestar serão valiosas para se aquilatar a eficácia jurídica do leilão de títulos imobiliários pertencentes ao Estado da Paraíba realizado em 14 de junho de 2006.

Em meu exercício parlamentar, sempre está presente o interesse em apurar qualquer desvio legal ou irregularidade que possa comprometer a lisura e a probidade da administração pública. É dever deste Deputado Federal formar o correto juízo ante a opinião pública e as instâncias legislativas dos atos e fatos havidos no Estado da Paraíba e no País.

Levando em consideração a possibilidade de ter ocorrido descumprimento do devido processo legal para a realização do referido leilão de títulos, as respostas do Banco Central do Brasil tornarão viável o esclarecimento de dúvidas suscitadas em decorrência do referido leilão.

Pelo exposto, prezando pelo cumprimento dos princípios constitucionais da publicidade, moralidade e economicidade, que regem a probidade na Administração Pública, conclamo o apoio dos nobres Pares a fim de que seja acolhida a presente proposição.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2008

Deputado VITAL DO RÊGO FILHO
PMDB-PB